

EDITORIAL

***Sistema de Saúde universal e defesa da vida
em tempos de crises***

Universal Health System and the defense of life in times of crisis

Edna Maria Goulart Joazeiro

Editora Científica Serviço Social & Saúde

Na atualidade o Brasil enfrenta os efeitos da crise contemporânea do capitalismo, que criou inúmeras dificuldades para o enfrentamento dos agravos à saúde decorrentes da pandemia da Covid-19 e de suas sequelas. Nas três décadas de existência do SUS, ocorreram “permanentes ataques às políticas de direitos sociais, em particular à saúde pública universal no Brasil [...] com recorrentes embates e sinais claros de redução de sua sustentabilidade financeira” (MENDES; CARNUT, 2020, p. 11). Os rebatimentos sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), são intensos e continuados, especialmente, se considerarmos os obstáculos postos à efetivação do direito à saúde pública universal.

Nos anos 2020, 2021 e 2022, a história tem revelado o caráter predatório da pandemia da Covid-19, um dos mais graves problemas sanitários em escala mundial do Século XXI. Neste momento da história, muitos são os desafios que atravessam o nosso tempo, e que têm desencadeado um contexto de elevada incerteza quanto à capacidade do Estado e dos sistemas de saúde responderem com medidas pertinentes e necessárias, visando o enfrentamento desse agravo à saúde, quer seja no tocante ao campo sanitário, quer seja no que tange à dimensão econômica e social da pandemia, uma vez que o

contexto pandêmico tem representado um desafio de difícil manejo para os sistemas de saúde, particularmente, em um contexto de redução da dimensão universal das políticas públicas.

A “política pública é uma estratégia de ação pensada, planejada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos” (PEREIRA, 2008, p. 96). Nessa perspectiva de análise, é indispensável apreender a intrínseca “relação entre” a dimensão internacional, nacional, regional e localregional, que marca, de modo inelutável, a dinâmica desse agravo à saúde, requerendo a sua decifração e o seu enfrentamento.

Assinala Possas (1989) que ao buscar a compreensão do processo saúde-doença em uma perspectiva histórica, se apreende não haver uma linearidade na evolução deste conhecimento, que, ao contrário, “já no século XIX, visões divergentes quanto a incorporação do social no processo saúde-doença já se manifestavam, embora apenas uma – o unicausalismo – acabasse afirmando-se como hegemônica nas últimas décadas daquele século” (1989, p. 180). Segundo a autora, essa perspectiva de análise unicausal, prevalente no século XIX, foi estimulada pela extraordinária velocidade no desenvolvimento das ciências naturais naquele século, tais quais o avanço científico nos campos da bacteriologia, notadamente marcado pelas descobertas de Pasteur, Koch e Klebs e do trabalho de Emil Behring em 1893, bem como, no campo da toxicologia, onde se destacam os trabalhos de Orfila e Schmiedeberg e Frankel amplamente analisados por Arouca (1975). O conjunto das produções destes campos, segundo Possas, permitiu o estabelecimento de relações de causa e efeito entre um agente específico e o quadro de morbidade – tendo criado “condições para a prevalência da concepção de causação estritamente biológica da doença” (p. 180).

Nesta perspectiva de análise, na primeira metade do Século XX, vai sendo delineado o termo sociologia médica, em decorrência da emergência de novos problemas associados à condição de crescimento das complexas sociedades industriais que propiciou condições para que o campo das Ciências Sociais voltadas à compreensão do processo saúde-doença fosse construindo as bases das principais teorias da multicausalidade, inicialmente com

predominância da formulação positivista, analisada com base nas leis naturais e sujeito à agentes físicos, químicos, orgânicos conforme assinala Breilh (1981).

A obra de Canguilhem (1947, 1965, 1966, 1968, 1977, 2005) abre horizontes para a emergência de uma perspectiva epistemológica crítica na análise do processo do adoecer e a própria relação que se estabelece no diálogo entre o doente e o médico (1968, p. 418) e a saúde pública (2005). Na perspectiva de Canguilhem, a saúde é compreendida como uma margem de tolerância a infidelidade do meio (1947, p. 120; 1965, p. 28) e a doença se caracteriza pela “redução da margem de tolerância às infidelidades do meio” (1966, p. 130;). Afirma o autor que “a vida não é, [...] para o ser vivo, uma dedução monótona, um movimento retilíneo, ela ignora a rigidez geométrica, é que a vida não conhece a reversibilidade [...] a vida admite reparações que são realmente inovações fisiológicas” (p. 131). É próprio da situação de doença “vir interromper o curso de algo, é ser verdadeiramente crítica. [...] Portanto, a pessoa é doente não somente em relação aos outros, mas em relação a si mesma” (1966, p. 87). Nesta perspectiva analítica, conclui o autor que “as doenças do homem não são somente limitação de seu poder físico, são dramas de sua história” (2005, p. 63).

O sistema de saúde precisa estar em condição de responder às necessidades em saúde de uma dada sociedade, nesta perspectiva, torna-se fundamental compreender o padrão epidemiológico da sociedade na qual se insere e na qual intervém no processo de produção de cuidados em saúde (MERHY,2007). Estamos utilizando o conceito de padrão epidemiológico de Possas (1989, p. 193) entendido como a distribuição de determinantes relativamente homogêneos de risco de morbimortalidade em uma população, identificados a partir da análise do impacto epidemiológico das formas de inserção socioeconômicas. Segundo a autora um dos desafios da “epidemiologia é o dar conta dos *diferenciais* de morbimortalidade tais quais se expressam numa dada *população concreta* (p. 193, destaques da autora).

Mendes (2015, p. 76) tem apresentado relevantes análises sobre o efeito do histórico subfinanciamento estrutural do SUS, no Brasil, consubstanciado sob a forma do tripé: juros altos/ metas de inflação/ superávit primário e valorização da moeda e dos efeitos deste sobre o Sistema Único de Saúde, à medida que “restringe a possibilidade de

gastos públicos, mesmo os sociais, incluindo a saúde”. Mendes e Carnut (2018) afirmam a importância de se reconhecer a existência desse histórico subfinanciamento da Saúde, especialmente do SUS, uma vez que este tem se materializado sob a forma da fragilidade financeira de seu financiamento, por meio de destinação insuficiente de recursos e do baixo volume de gastos com recursos públicos; de indefinição de fontes próprias para a saúde e de ausência de maior comprometimento do Estado.

A questão do orçamento atinge de forma direta também o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) incidindo portanto nas possibilidades concretas de intervenção deste sistemas essencial **da e na** Política de Assistência Social no Brasil. Analisando um dos principais Programas de transferência monetária no país, o Programa Bolsa Família, assinala Silva (2022, p. 270) que no que tange a questão orçamentária, “os recursos para o Bolsa Família foram reduzidos de R\$ 32,5 bilhões, em 2019, para 29,5 bilhões para 2020, situação agravada com a criação do Benefício Emergencial e a tentativa de elaboração de um programa denominado Renda Brasil para substituir o Bolsa Família”.

No atual contexto em que uma crise sanitária se sobrepôs “à crise econômica e política que lhe é anterior, impõe a necessidade de monitoramento frequente da condição alimentar e nutricional da população brasileira” (II VIGISAN, 2022, p. 10). Este Inquérito enfatiza que 33 milhões de pessoas não tem o que comer em um país com uma grande diversidade como o Brasil. Revela a amplitude e a velocidade do agravamento da Insegurança Alimentar, no início do ano de 2022, onde estão presentes as “várias manifestações de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, notadamente a IA grave, que significa conviver com a fome, quando comparadas com os resultados do I VIGISAN, divulgados em abril de 2021” (2022, p. 6). Na perspectiva do estudo, a fome está presente em 43,0% das famílias com renda per capita de até 1/4 do salário-mínimo, e atinge mais as famílias que têm mulheres como responsáveis e/ou aquelas em que a pessoa de referência (chefe) se denomina de cor preta ou parda (II VIGISAN, 2022, p. 18).

Nesse sentido, convidamos os leitores, profissionais, pesquisadores, estudantes de Graduação e de Pós-Graduação e o público em geral para refletir sobre os aspectos estruturais e conjunturais que na atualidade se vinculam aos diferentes níveis de especialidade e que marcam de modo inelutável, os desafios para compreender a densa

categoria das necessidades em saúde e as respostas que têm sido demandadas para os diferentes níveis de atenção à Saúde em presença e em tensão com a configuração da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e de Proteção Social, para as quais se amplia diuturnamente, o contingente de pessoas cujos corpos e as histórias de vida estão colocadas em risco, submetidas aos ditames da vulnerabilidade social e dos demais riscos de vida e de saúde.

Ao apresentarmos este exemplar da Revista Serviço Social & Saúde, convidamos os leitores para refletirem sobre os múltiplos desafios postos à Rede de Atenção à Saúde no Brasil, um país com dimensão continental e fortemente marcado pela desigualdade social. Esperamos que esse encontro permita a abertura de diálogos com vistas a aprofundar a discussão que contribua para a emergência de novas perspectivas de análises em consonâncias com os desafios desse tempo e do futuro que há de vir.

Neste exemplar as autoras Rivânia da Silva Lima e Amanda Cristina Ribeiro da Costa no artigo *Determinantes e condicionantes de saúde em um pré-natal de alto risco da Região dos Caetés do estado do Pará*, analisam as condições objetivas e os determinantes e condicionantes de saúde de usuárias acompanhadas em um pré-natal de alto risco em um hospital. Enfatizam que além das questões inerente à gestação de alto risco, o contexto social e o acesso a rede de serviços constituem obstáculos ao pré-natal e culminam em um prejuízo à condição de saúde deste segmento de população.

No artigo de autoria de Silvia Leticia Morabito Porto, Meiriani Rodrigues Fachin e Luzia Cristina de Almeida Serrano, denominado *Prática profissional do assistente social e suspeita de negligência em crianças e adolescentes: revisão bibliográfica*, é enfatizado que o assistente social que intervém em instituição de saúde pode contribuir para assegurar a proteção de crianças e adolescentes que sofrem com situações de negligência, seja prestando orientação aos profissionais de saúde e às famílias, seja notificando as autoridades competentes sobre a exposição de crianças à violência sofrida ou sobre o risco ao qual a criança e ao adolescente estão expostos.

Esse exemplar apresenta dois artigos relativos à temática da Atenção à População de Rua, o primeiro deles de autoria de Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado intitulado *Desafios no reconhecimento de uma política pública de Saúde Mental para a população em situação de rua*, destaca os marcos históricos e legais da política pública de Saúde Mental

e as principais conquistas históricas no campo da saúde pública com ênfase à Saúde Mental, e reflete sobre os desafios que estão postos para a inclusão da População em Situação de Rua nas ações e serviços adstritos à política pública de Saúde Mental.

No que tange à questão da atenção à Saúde desta população em unidade de Urgência e Emergência de alta complexidade em hospital, as autoras Danielle de Menezes Vieira e Régia Maria Pinto no artigo *O trabalho do/a assistente social junto às pessoas em situação de rua atendidas na Emergência do Instituto IJF*, refletem sobre o trabalho do/a assistente social na saúde em Unidade de Emergência na Rede de Assistência à Saúde integrada ao Sistema Único de Saúde do município de Fortaleza, com foco na atenção ao trauma junto às pessoas em situação de rua.

O percurso investigativo com base em literatura especializada, pesquisa documental e pesquisa de campo com assistentes sociais que trabalham no contexto hospitalar assinala os desafios diários no atendimento a essa população, enfatizando a questão da dificuldade de articulação entre as políticas públicas, as fragilidades para a construção da intersectorialidade e as dificuldades presentes nas equipes multiprofissionais para compreender as atribuições e competências do/a assistente social na intervenção junto à esse segmento de população, que tem como um dos principais desafios para a intervenção à possibilidades de contribuir para a efetivação dos direitos sociais das pessoas em situação de rua.

Ainda relativa à questão da Atenção à Saúde Mental, convidamos os leitores do periódico a acompanharem a reflexão no artigo *Crise em Saúde Mental: possibilidades para o manejo e a intervenção críticas da/o assistente social*, de autoria de Igor Sastro Nunes e Fernanda Nunes da Rosa Mangini. Os autores assinalam as dificuldades para a intervenção e o manejo na crise em Saúde Mental, uma vez que, mesmo após a Reforma Psiquiátrica, a abordagem da crise tem sido pautada na perspectiva biomédica, carregando as marcas de [re]manicomialização e da criminalização da pessoa com transtorno, marcada pelo uso de práticas que ainda guardam os traços do controle, do disciplinamento e da repressão, demandando uma ampla discussão desde os aspectos técnicos do manejo até as questões ético-políticas.

Em consonância como o padrão de heterogeneidade da estrutura epidemiológica brasileira (POSSAS, 1989), o exemplar contribui para uma análise sobre a *Imunodeficiência de imunoglobulinas IgG subclasse 3: relato de caso*, ancorado no estudo de autoria de Flávia Dufloth Chiaradia, Lara Richter, Letícia Tavares, Daiane Cobiانchi da Costa, Edneia Casagrande Bueno e de Alexandre Geraldo. Os autores destacam a preocupação com a compreensão dos desafios postos para a intervenção e o tratamento das Imunodeficiências Primárias ou Congênitas (IDPs) em função de tratar-se de um grupo de patologias com etiopatogenia muito diversa, em que há *déficit* quantitativo e/ou qualitativo do sistema imunitário, afetando a qualidade de vida dos portadores. A análise visa evidenciar o impacto social causado pelas complicações clínicas anteriores ao diagnóstico, a significativa melhora na qualidade de vida do usuário após o tratamento adequado, assim como a dificuldade diagnóstica da doença e a falta de profissionais qualificados para uma adequada intervenção.

Dando sequência às discussões aprestadas pelos autores, o exemplar apresenta ainda uma análise sobre *A Rede Cegonha na formação da agenda no Governo de Dilma Rousseff*, de autoria de Glaucejane Galhardo da Cruz de Castilho e de Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha, o artigo analisa a formação da agenda de políticas públicas e a emergência da Rede Cegonha no Governo de Dilma Rousseff, no ano de 2011. As autoras assinalam que, contraditoriamente, a institucionalização da Rede Cegonha se firma ainda na atualidade como uma estratégia que visa assegurar o enfrentamento e a redução da mortalidade materna em um tempo marcado por inúmeros retrocessos e múltiplos desafios no processo de formulação de alternativas diante das contradições apontadas no processo de formulação do Programa.

No artigo *Determinação social do ser cuidador: de linhas gerais ao tratamento em transplantes*, os autores Vinícius Araújo Pereira, Luzia Cristina de Almeida Serrano e Renato Ferreira da Silva abordam as determinações sociais do ser cuidador, dos aspectos mais amplos à sua inserção e particularidades no âmbito do tratamento em transplantes e o fazem com base em pesquisa documental e bibliográfica sobre o tema, visando problematizar os processos que condicionam o cuidador, evidenciando a insuficiência de

compreensões que reduzem este sujeito a uma compreensão abstrata ou de um mero agente estratégico para tratamentos, em especial de transplantes.

Convidamos o(a) leitor(a) a acompanhar a análise presente no artigo *Adolescentes órfãos com HIV-AIDS: vulnerabilidades em saúde em suas inserções em famílias e instituições de acolhimento* de autoria de Vivian Oliveira dos Santos e de Cássio Silveira. O estudo, com base em pesquisa qualitativa de histórias de vida, descreve o histórico de inserção de adolescentes com HIV-AIDS, órfãos por AIDS, na família e em instituições de acolhimento com atenção especial para as vulnerabilidades em saúde circunscritas neste processo.

Assinalam, dentre outros aspectos, que os serviços de saúde especializados no tratamento do HIV-AIDS em crianças e adolescentes devem estar atentos para a vulnerabilidade social desses sujeitos, elaborando estratégias de acompanhamento sistemático daqueles que assumem o cuidado dos adolescentes que vivem com HIV-AIDS após a orfandade, sejam eles membros de famílias extensivas ou agentes institucionais.

Cristiane Batista Andrade, Ellen de Lima Alves e Patrícia Constantino no artigo *A saúde por um fio? o trabalho escravo contemporâneo e migração na indústria da moda e confecção*, analisam o Trabalho Escravo Contemporâneo (TEC) como uma realidade vivida ainda por muitos(as) trabalhadores(as) na indústria da moda e confecção, a despeito da legislação brasileira considerá-lo crime. O estudo tem como objetivo analisar o TEC na indústria da moda e confecção no Brasil, a saúde e as violências no trabalho por meio das análises de mídias jornalísticas on-line e do aplicativo “Moda Livre”.

O artigo *Atualidade e desafios da Reforma Sanitária: um estudo a partir da equipe da Estratégia da Saúde da Família no município de Iguatu/CE* de autoria de Maria Keile Pinheiro e Evelyne Medeiros Pereira reflete e analisa de maneira introdutória os fundamentos históricos e sociais que deram bases para a constituição da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e relaciona essas expressões à dinâmica atual a partir de uma cidade no interior do Ceará, buscando analisar a atualidade e os desafios da RSB com base nas concepções e práticas profissionais predominantes no âmbito da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do bairro pesquisado.

Os autores Millena Tavares da Silva, Aldrin Eder da Silva, Laércio da Silva Paiva e Narjara Pereira Leite no artigo *Análise do consumo alimentar durante a pandemia de Covid-19 pela população adulta do estado de São Paulo*. Os autores com base em estudo observacional de caráter transversal, tem como objetivo analisar o consumo alimentar da população adulta de 18 a 50 anos, residente do estado de São Paulo que permaneceu em isolamento social durante o período inicial da pandemia da Covid-19. Segundo os autores os dados do estudo demonstram que houve aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, o que pode favorecer o aparecimento ou piora das DCNT (doenças crônicas não transmissíveis), tornando-se fundamental ações que promovam e garantam a segurança alimentar e nutricional.

Geysa Elane Rodrigues de Carvalho Sá apresenta a resenha da *Coletânea Atenção à saúde em tempo de pandemia da Covid-19: contextos nacionais e internacionais (2022)*, organizada e apresentada pela Prof.^a Dr.^a Edna Maria Goulart Joazeiro, publicada pela Editora da Universidade Federal do Piauí, EDUFPI, 2022. A obra foi elaborada com base nos diálogos nascidos de debates com pesquisadores nacionais e internacionais, realizados a partir do ano de 2020, sobre o tema da pandemia da Covid-19 e a atenção à saúde em tempos de crise sanitária. A Coletânea conta com a contribuição de diferentes pesquisadores de Centros e de Grupos de Pesquisa nacionais e internacionais tendo como objetivo a compreensão das relações e dinâmicas de agravo à saúde e de mudanças intensas no arcabouço conceitual e legal que emergem nesse momento singular da história contemporânea.

Neste tempo da história, profundamente marcado por ataques aos direitos sociais e às diversas políticas sociais públicas historicamente construídas, dentre elas, a Política de Saúde, a Previdência Social, a Assistência Social e a Educação, convidamos os autores(as) e leitores (as) para uma leitura atenta que visa a construção de múltiplos pontos de vista de forma a contribuir para o fortalecimento da democracia, da liberdade e dos direitos sociais indispensáveis para a compreensão do lugar que a profissão pode e deve ocupar na sociedade contemporânea.

Esperamos que esse diálogo a ser tecido contribua para abrir novos horizontes de análise, de intervenção e de produção do conhecimento **do** e **no** Serviço Social e nas

políticas públicas nas quais ele se insere.

Campinas (SP), dezembro de 2022.

REFERÊNCIAS

- AROUCA, Antônio Sérgio da Silva. **O dilema preventivista**: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Médicas, UNICAMP, 1975.
- BEHRING, Emil. **Gesammelte Abhandlungen zur atiologischen Therapie von ansteckender Kranskeiten**. Stuttgart: George Thieme Verlag, 1893.
- BREILH, Jaime. **Epidemiologia**: economía, medicina y política. Santo Domingo: Colección SESPAS, 1981.
- CANGUILHEM, Georges. Milieu et normes de l'Homme au travail. In: **Cahiers Internacionaux de Sociologie**, Éditions Du Seuil, Vol III, Cahier Double, Deuxième Année, 1947. p. 120-36.
- CANGUILHEM, Georges. **La connaissance de la vie**. Paris : Vrin, 1965.
- CANGUILHEM, Georges. **Le normal et le pathogique**. Paris : Puf, 1966.
- CANGUILHEM, Georges. **Étude d'histoire et des phisophie des sciences**. Paris : Vrin, 1968.
- CANGUILHEM, Georges. **Ideologie et racionalité dans l'histoire des sciences de la vie**. Paris: Vrin, 1977.
- CANGUILHEM, Georges. **Escritos sobre a Medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- II INQUÉRITO NACIONAL SOBRE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL [livro eletrônico]: **II VIGISAN**: Relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.
- POSSAS, Cristina de Albuquerque. **Epidemiologia e Sociedade**: heterogeneidade estrutural e Saúde no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MENDES, Áquila. A saúde pública brasileira no contexto da crise do Estado ou do capitalismo? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, supl.1, p. 66-81, 2015.

MENDES, Áquila; CARNUT, Leonardo. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.27, n.4, p.1105-1119, 2018.

MENDES, Áquila; CARNUT, Leonardo. Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública brasileira: golpe e desfinanciamento. **SER Social**, [S. l.], v. 22, n. 46, p. 9–32, 2020. DOI: 10.26512/ser_social.v22i46.25260.

MERHY, Emerson Elias. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. 3a Ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva *et al.* Do declínio ao acirramento da pobreza no Brasil (2003-2020): Agravamento das desigualdades no contexto da COVID-19 e respostas do Estado Brasileiro para proteção social. In: MARQUES, João Carlos Souza *et al.* (Orgs.).

Pandemia e socioeconomia: os impactos da COVID-19 no Brasil, Nordeste e Maranhão. São Luís: EDUFMA, 2022, p. 247-285.